



# Editorial

E lá se vão 60 anos desde o fatídico golpe de Estado levado a cabo pelos militares, com o apoio de setores da sociedade, que levou a implantação de uma ditadura no país. Depois de vinte e um anos vivendo sob o jugo de um governo ditatorial, o país encaminhou novamente sua volta à democracia. As pessoas se encheram de otimismo para superar um passado autoritário e construir um novo regime de liberdade, no qual os direitos fossem garantidos. Todavia, depois de quase quatro décadas vivendo num regime democrático, o cenário é de apreensão e incertezas, dado o avanço de segmentos sociais de direita e de extrema-direita que estão colocando em xeque o Estado democrático de direito que foi sendo constituído a partir do final da ditadura. Esses segmentos estão, por exemplo, procurando construir uma nova interpretação sobre a experiência histórica vivenciada pelo país entre 1964 e 1985 e conformando, até mesmo, um novo sentido ao passado com o intuito de negar, ora que tenha havido ditadura, ora de que fora necessário que os militares dessem um golpe de Estado, salvando, assim, o país daqueles que supostamente o ameaçavam.

É por conta desse movimento de se atribuir um novo sentido ao passado que estamos nos deparando com o rápido crescimento de apoio a uma intervenção militar, que instale novamente um regime ditatorial no país. Essa mudança tem causado certo espanto e temor entre aqueles que lutaram para pôr fim à ditadura no país. Diante disso, torna-se premente que continuemos nesse trabalho de produzir novas reflexões sobre o governo militar, para que possamos avançar no entendimento da ordem social constituída durante a ditadura. Afinal, prosseguir no entendimento de como os militares exerceram seu poder, permite que lancemos algumas luzes sobre como a sociedade hoje enxerga as práticas antidemocráticas e arbitrárias que estão ganhando mais e mais espaço em todos os cantos do país.

As pesquisas mais recentes sobre as ditaduras estão demonstrando que compreendê-las vai muito além de se desvendar a atuação de forças repressivas que causaram perseguições, torturas e mortes ou de mostrar a luta política e a resistência daqueles que gravitavam em torno das organizações de esquerda e progressistas. Expressão dessas ações diversas, a foto que escolhemos para a capa desta edição especial tem como intuito mostrar, justamente, que a luta contra a ditadura ocorreu de forma mais dispersa e até atomizada. Foi empreendida significativamente também por mulheres, como Vanja Orico (1931-2015). Como mostra a imagem, esta atriz, cantora e cineasta de renome internacional, que se destacou por atuar em vários filmes do Ciclo do Cangaço, ajoelhou-se em frente ao carro da polícia militar do Rio de Janeiro, tentando impedir sua passagem, protegendo os estudantes que se manifestavam em outubro de 1968.



# Editorial

Novas pesquisas estão procurando evidenciar que as ditaduras foram longevas não somente porque adotaram práticas repressivas e manipulatórias para se manterem no poder. Estão demonstrando que, em muitas situações, tiveram apoio e legitimidade de vários segmentos sociais, ainda que seja difícil de mensurar a extensão deste apoio civil. Em sua obra *As universidades e o regime militar* (2014), Rodrigo Patto Sá Motta menciona os “jogos de acomodação” presente na cultura política para entendermos o modo de atuação de alguns atores para os quais as negociações foram necessárias. Quanto a isso, podemos asseverar que em toda a trajetória do regime republicano brasileiro uma cultura política autoritária sempre se fez presente. Diante disso, destacamos que, com um autoritarismo socialmente implantado no país, nem todos tinham aspirações democráticas no contexto da transição política.

Portanto, há um certo consenso de que para se entender os governos ditatoriais deve-se ir muito além de mostrar a violência e a repressão, por um lado, e a resistência dos grupos políticos organizados de outro, pois passaria, necessariamente, por compreender ainda a relação da sociedade com o regime que se iniciou em 1964 e que durou 21 anos. Pautando-se em parte nesta problemática, os artigos desse dossiê se voltam para uma reflexão sobre como o ensino de história foi afetado durante este período ou como o ensino de história e a história pública abordam e interpretam esta temática na contemporaneidade.

Quando as reflexões giram em torno de como as ditaduras constroem consensos e legitimidades, a educação formal e seu currículo encontram alguma centralidade. Sobre isso, o artigo *A disciplina Estudos de Problemas Brasileiros: entre tensões e consentimentos em tempos de Ditadura Militar de 1964*, de Edilza Joana Oliveira Fontes e Davison Hugo Rocha Alves, toca justamente nos conflitos e acomodações presentes ao se ministrar uma disciplina que gerou diversas interpretações entre a juventude universitária. Por sua vez, trilhando nesta seara de se fazer uma reflexão sobre as disciplinas curriculares, o texto *Cultura escolar da Escola-Classe 107 Sul em Brasília (1961-1970)*, de Juarez José Tuchinski dos Anjos, se volta para entender a cultura escolar num estabelecimento de ensino localizado na capital do país, entre 1961 e 1970, que combinava práticas que incutiam determinados hábitos e condutas nos estudantes, ao mesmo tempo em que difundia na comunidade valores cívico-patrióticos.

O período da transição política ainda continua sendo alvo de reflexão, inclusive para entendermos como foi sendo pensada a construção de uma sociedade democrática. Aqueles que participaram ativamente da luta contra a ditadura já apontavam para as dificuldades, haja vista as divergências sobre a definição de democracia, bem como os caminhos para sua implementação. Neste sentido, os trabalhos sobre os



# Editorial

conteúdos presentes em livros didáticos que tratam como a ditadura foi abordada, imediatamente após o seu fim, podem nos trazer mais elementos para pensarmos os limites e possibilidades na constituição de um regime de liberdade. Assim sendo, em *A ditadura civil-militar brasileira nos livros didáticos de história publicados nas décadas de 1980 e 1990: narrativas em contextos de abertura política*, Waleska Cozac e Luiz Antonio Gomes Pinto focalizam as narrativas sobre a ditadura militar presente neste que é um dos suportes didáticos mais utilizados pelos professores do ensino básico. Em direção correlata, Eduardo Servo Ernesto e Kátia Sebastiana Carvalho dos Santos Farias, em *O livro didático de história em cena: problematizações de práticas escolares de histórias*, problematizam as recomendações metodológicas para o livro didático de História presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e aludem como novos temas foram sendo contemplados neste início de um novo século, desta feita, com uma escrita performática e clivada por uma linguagem teatral e dialógica.

Saímos agora do ambiente escolar direcionando-se para o espaço público. Os dois artigos que se seguem têm como foco analisar os usos públicos da história, dos usos e abusos do passado em vídeos que estão disponíveis nas plataformas digitais. Em *A história da ditadura militar em um Brasil Paralelo*, Amanda Santos Silveira e Eder Cristiano de Souza analisam uma produção audiovisual que ganhou bastante expressão entre os segmentos de direita e de extrema direita, pois, adotou um revisionismo histórico para suavizar a memória da ditadura e, com isso, torná-la algo aceitável e necessária para o país. Por sua vez, em *História política brasileira: a formação da opinião pública e as disputas de memórias sobre o 31 de março de 1964*, de Ana Lúcia da Silva e Angelo Priori, o exame da fonte audiovisual alcança uma produção estatal, do período do governo de Bolsonaro (2019-2022). O material produzido tinha como intuito lançar dúvidas sobre a implantação de uma ditadura no país, tergiversando se o 31 de março de 1964 devesse ser considerada uma data cívica ou um golpe de Estado. Em ambos casos, a história pública não se resume a uma disputa de narrativas, mas igualmente como meio de ancorar interesses pela disputa de poder na atualidade, como mecanismo mobilizador e aglutinador.

Nesse movimento de observar espaços e lugares que vão além do ambiente escolar, os próximos artigos voltam suas atenções para espaços e monumentos que foram instituídos com o intuito de criar uma memória histórica. Nessa direção, o artigo *Memórias subterrâneas da ditadura civil-militar: uma proposta para o ensino de história de Criciúma/SC*, de Morgana Vieira Modolon e Mônica Martins da Silva, faz uma reflexão sobre as memórias obliteradas da ditadura em uma cidade no interior do Estado de Santa Catarina, a partir de lugares que foram palco de resistências, de repressão e de violação de direitos humanos. Com isso, procura-se assinalar que há



# Editorial

possibilidade de se pensar outras formas de se ensinar a temática em sala de aula. Em *Potenciais educativos das visitas mediadas ao prédio do antigo DOI-CODI/SP: contribuições da abordagem gramsciana para a educação em direitos humanos em lugares de memória relacionados ao passado ditatorial brasileiro*, Renan Ribeiro Beltrame assevera sobre as ações educativas empreendidas no Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo, no antigo prédio do Doi-Codi/SP. Em seu texto, demonstra que tais experiências de ensino constituíram uma prática educativa que tende a superar o entendimento alicerçado no senso comum a respeito de nossa história recente e de nossa democracia. Encerrando esta produção que versou sobre espaços de memória, o artigo *Bolsonaro e Milei: quando os projetos negacionistas visitam o ensino de história e o museu no Brasil e na Argentina*, de Marcelo Henrique Leite, traz uma reflexão sobre como a ação docente tem sido afetada pelo crescimento das novas direitas radicais, que vinculam uma memória positiva às ditaduras recentes dos respectivos países. Assim, ao analisar um museu em São Paulo e outro em Buenos Aires, o autor demonstra as conexões existentes entre as conturbadas experiências históricas de Brasil e Argentina.

Os dois últimos artigos recobram outras duas perspectivas sobre o ensino de história. O DNA do ensino de história no Brasil é, definitivamente, feminino. Foram professoras as primeiras intelectuais a propugnam não apenas uma vasta produção didática e os desenhos curriculares, desde a segunda metade do século XX, mas também foram elas quem refletiram criticamente sobre as particularidades do ensino e da aprendizagem da história no Brasil. Sobre este protagonismo feminino, temos o texto *O ensino de história na ditadura: atuação e trajetória de Maria Efigênia Lage de Resende*, de João Victor da Fonseca Oliveira, que analisa a trajetória intelectual de uma historiadora mineira e de como ela interpretou o conhecimento histórico na relação pedagógica, atuando em comissões estratégicas e no engajamento para a publicação de manuais didáticos. Finalmente, concluímos este número com o texto de nossa autora convidada, a professora Maria Auxiliadora Schmidt, com seu trabalho intitulado *A ditadura militar brasileira, a crise do código disciplinar da didática da história*, em que faz uma análise dos documentos curriculares e manuais de didática destinados à formação de professores. Pautada na perspectiva da Didática da História, ela reflete sobre a “crise do código disciplinar” instaurada pela e na política educacional do período da ditadura militar brasileira.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao corpo de pareceristas pelas cuidadosas avaliações produzidas, que possibilitaram uma efetiva qualidade nos trabalhos publicados. Para a realização dessa publicação, contamos ainda com o decisivo apoio da equipe da Biblioteca da UEL, em especial, as bibliotecárias Vilma Feliciano Sanglard e Elaine Cristina de Souza Silva Arvelino, da equipe de diagramação

da H2H e do editor convidado, o mestrando em História da UEL, Vander Felipe Ortiz dos Santos.

Enfim, esperamos que os artigos sejam lidos e partilhados pelas/os colegas para uma maior disseminação dos estudos aqui divulgados por este periódico, que, aliás, no próximo ano, irá completar 30 anos de existência.

Nossas sinceras saudações cordiais,  
Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza  
Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim